

Benefício da Lei Sarney pode ser ampliado à Saúde

CORREIO BRAZILIENSE

18 MAI 1988

O governo deve encaminhar um projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a inclusão do setor de saúde na chamada Lei Sarney, de incentivo à cultura. A medida visa arrecadar recursos para recuperar hospitais públicos, universitários e comunitários e as santas casas de misericórdia, porque a receita gerada é insuficiente para a recuperação e manutenção dos equipamentos da rede hospitalar.

Este, pelo menos, foi o argumento utilizado pelo ministro da Saúde, Borges da Silveira, para convencer o presidente José Sarney a mudar a Lei 7.505, que é originária de uma proposta sua, quando era senador. Sarney observou que só aceitava estender a medida desde que a área de incentivos fiscais não seja elevada, porque estaria contra a sua política de combate ao déficit público e a elevação da receita federal. A disputa entre a cultura e a saúde, segundo Borges, vai manter inalterado o problema orçamentário. Ele disse, inclusive, que já tem o aval do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

A proposta, segundo Borges da Silveira, teve boa repercussão na Federação das Indústrias de São Pau-

lo (Fiesp), porque as aplicações beneficiariam os trabalhadores da iniciativa privada. Ele lembrou que é preciso destinar recursos para a recuperação dos hospitais, porque fica cada vez mais difícil concorrer com a iniciativa privada.

EDUCAÇÃO

A extensão da Lei Sarney para a educação será a proposta a ser encaminhada hoje ao presidente José Sarney, pelo presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Rodolfo Pinto da Luz. Às 18h, na sede do Crub, o atual presidente passará o cargo ao reitor da PUC de Campinas, José Eduardo Pereira Coelho.

Ao defender a extensão da Lei Sarney à educação, Rodolfo lembrou os problemas vividos pelo País em consequência do analfabetismo e dos altos índices de evasão e repetência registrados no 1º grau. Segundo Rodolfo, a lei que beneficia a cultura, através da criação de incentivos fiscais na área do imposto de renda para as aplicações por doações, patrocínios, e investimentos em atividades culturais ou artísticas, poderá contribuir para mudar o perfil da educação no Brasil.

Estados pedem verba

Os secretários de Saúde dos estados querem a liberação imediata de verbas do Inamps para suas pastas. Eles fizeram o pedido ontem ao presidente do Inamps, José de Ribamar Pinto Serrão, que acenou positivamente à reivindicação, mas antes da resposta definitiva vai consultar suas assessorias financeira e jurídica. O repasse de verba do Inamps para as secretarias de Saúde está atrasado dois meses, por causa da implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), que transfere as atividades das superintendências regionais do Inamps para as secretarias de Saúde e que ainda não tinha regras e normas totalmente regulamentadas.

Essas normas, no entanto, ficaram definidas atra-

vés de portaria assinada quinta-feira pelo ministro da Previdência Social, Renato Archer. A portaria cria escritórios regionais do Inamps, extingue as superintendências regionais do órgão e transfere para as secretarias de Saúde a responsabilidade pelo setor saúde como um todo.

Além da atualização do repasse de verbas, os secretários pediram a Serrão prazo até dia 31 deste mês para prestarem contas ao Inamps dos gastos que foram ou estão sendo efetivados. Essa foi a primeira reunião de José de Ribamar Serrão com os secretários de Saúde e nela predominou um clima cordial, onde cada secretário relatou os problemas de seu Estado e os comuns a todo o secretariado.